

Plataformas digitais como dispositivos de vigilância nas escolas públicas do Paraná

Digital platforms as surveillance devices in Paraná public schools

Las plataformas digitales como dispositivos de vigilancia en las escuelas públicas de Paraná

Raquel Pereira Rodrigues Leite¹

Célio Rodrigues Leite²

Resumo: O artigo analisa a expansão das plataformas digitais no sistema educacional público do Brasil, especialmente no Paraná, onde mais de 20 plataformas foram implementadas pela Secretaria de Estado da Educação (Seed-PR), muitas desenvolvidas por grandes corporações privadas. Embora essas ferramentas sejam apresentadas como inovações, os impactos no cotidiano escolar ainda exigem uma crítica aprofundada. A pesquisa, de natureza qualitativa e descritiva, investiga o funcionamento dessas plataformas, destacando seus efeitos sobre a autonomia dos docentes e a experiência dos estudantes. Os resultados revelam que a plataformização tende a promover a padronização, ranqueamento e vigilância, interferindo negativamente na autonomia pedagógica.

Palavras-chave: Plataformização da educação; Vigilância digital; Autonomia docente.

Abstract: This article analyzes the expansion of digital platforms in the Brazilian public education system, especially in Paraná, where more than 20 platforms have been implemented by the State Secretariat of Education (Seed-PR), many developed by large private corporations. Although these tools are presented as innovations, their impacts on daily school life still require in-depth scrutiny. The research, qualitative and descriptive in nature, investigates the functioning of these platforms, highlighting their effects on teacher autonomy and student experience. The results reveal that platformization tends to promote standardization, ranking, and surveillance, negatively impacting pedagogical autonomy.

Keywords: Platformization of education. Digital surveillance. Teacher autonomy.

Resumen: Este artículo analiza la expansión de las plataformas digitales en el sistema educativo público brasileño, especialmente en Paraná, donde la Secretaría de Estado de Educación (Seed-PR) ha implementado más de 20 plataformas, muchas de ellas desarrolladas por grandes corporaciones privadas. Si bien estas herramientas se presentan como innovaciones, su impacto en la vida escolar cotidiana aún requiere un análisis exhaustivo. La investigación, de carácter cualitativo y descriptivo, indaga en el funcionamiento de estas plataformas, destacando sus efectos en la autonomía docente y la experiencia del alumnado. Los resultados revelan que la plataformización tiende a promover la estandarización, la clasificación y la vigilancia, lo que afecta negativamente la autonomía pedagógica.

Palabras clave: Plataformación de la educación. Vigilancia digital. Autonomía docente.

Introdução

A incorporação de plataformas digitais no cotidiano das escolas públicas brasileiras tem se intensificado nos últimos anos. No estado do Paraná, a Secretaria de Estado da Educação

¹ UFPR; PUC/PR

² SEED/PR

(Seed-PR) implementou mais de 17 plataformas educacionais, como Desafio Paraná, Redação Paraná e Matemática Paraná, que representam um investimento de mais de R\$150 milhões em contratos firmados de 2021 a 2024 (Israel, 2024). Embora apresentadas como ferramentas de inovação, engajamento e melhoria do desempenho escolar, tais plataformas também têm despertado preocupações relacionadas à vigilância digital, ao controle sobre os docentes e à reconfiguração da experiência pedagógica nas redes públicas. Somam-se a esse cenário políticas de vigilância, como sistemas de reconhecimento facial, ainda sem garantias legais plenas para a proteção de dados de crianças e adolescentes (Tavares *et al.*, 2023).

A adoção de plataformas educacionais, geralmente desenvolvidas por grandes empresas de tecnologia ou fundações privadas, implica não apenas uma mudança nos instrumentos didáticos, mas também na lógica de gestão da educação pública, promovendo processos de padronização, ranqueamento e coleta massiva de dados (Vieira; Soares; Ferraro, 2025). Tais práticas se alinham a políticas neoliberais de performatividade, afetando a autonomia docente e transformando estudantes em usuários monitorados por métricas (Wilke; Feijó, 2023; Barbosa; Alves, 2023).

Além disso, dispositivos de vigilância (como reconhecimento facial, rastreamento de frequência e análise automatizada de comportamento) vêm sendo implementados em escolas públicas sem avaliações robustas de impacto ou discussões democráticas sobre seus efeitos (Tavares *et al.*, 2023). Essa arquitetura de vigilância, frequentemente justificada como medida de segurança ou controle pedagógico, reconfigura a função social da escola e impõe novos modos de governamentalidade digital (Foucault, 2013; Han, 2018). Contudo, apesar do crescimento dessas práticas, ainda são escassas as pesquisas empíricas que investigam como tais dispositivos operam no cotidiano das escolas estaduais do Paraná e quais são suas implicações concretas para professores e estudantes.

Este artigo busca preencher essa lacuna ao investigar como as plataformas digitais utilizadas nas escolas públicas do Paraná funcionam como artefatos de controle e vigilância, com ênfase em seus impactos sobre a autonomia docente e a experiência educativa. A pergunta de pesquisa que orienta esta investigação é: de que forma as plataformas digitais implementadas pela Secretaria de Educação do Paraná (Seed-PR) operam como mecanismos de controle e vigilância? Para respondê-la, propõem-se como objetivos específicos: (i) relatar os impactos do uso dessas plataformas sobre a autonomia docente e o processo de ensino-aprendizagem; e (ii) mapear as práticas de vigilância digital adotadas e suas justificativas institucionais.

A relevância da pesquisa se justifica pelo avanço de tecnologias de vigilância no espaço escolar, muitas vezes legitimadas por discursos de inovação, eficiência e meritocracia. Em 2025, casos de adoecimento e morte de docentes da rede estadual do Paraná intensificaram o debate sobre as pressões institucionais associadas às plataformas. Dessa forma, este artigo propõe um debate sobre a interseção entre educação, tecnologia e poder, problematizando os efeitos da plataformização no contexto escolar sob a perspectiva foucaultiana de instituição disciplinar. Ao focar no caso específico do Paraná, a pesquisa, de caráter qualitativo e descritivo, mobiliza análise documental e observação participante para compreender as dinâmicas locais de implementação dessas tecnologias e suas consequências subjetivas, políticas e pedagógicas, a fim de fomentar uma reflexão mais ampla sobre o futuro da escola pública.

Referencial teórico

O avanço da tecnologia ampliou o acesso à informação e interconectou estudantes e docentes por meio de diferentes dispositivos digitais. Para possibilitar o acesso a essas tecnologias digitais, as mantenedoras das instituições escolares – nesse caso, o Governo do Estado do Paraná – optaram por firmar parcerias com as *big techs*. Na rede pública do Paraná, foram adotadas plataformas como Desafio Paraná, Leia Paraná, Redação Paraná e Sala Virtual (Israel, 2024). Apesar de serem batizadas com nomes em língua portuguesa e reforçarem o nome do Estado, a maior parte dessas plataformas é fornecida por grandes empresas internacionais que dominam o mercado tecnológico. Outra questão se refere aos valores investidos nesses contratos. O Estado investiu, somente na Plataforma Educacional Gamificada de Matemática (*Matific*), R\$10.368.000,00 para o período de 24/01/2023 a 23/01/2025 (Israel, 2024). Em relação à Plataforma Educacional de Língua Inglesa, o valor é ainda maior, ultrapassando R\$15 milhões. Na ausência de regulação clara, os dados educacionais coletados por essas plataformas passam a compor um ativo valioso para o mercado digital, deslocando o foco da formação escolar para a extração de valor dos dados (Tavares *et al.*, 2023).

A implementação das plataformas *Leia Paraná* e *Redação Paraná* foi apresentada pelo Governo do Estado do Paraná como política pública voltada ao fortalecimento do letramento digital, em consonância com as competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), especialmente no que se refere ao uso crítico e ético das tecnologias digitais. De acordo com Magalhães Ribeiro e Braga (2023), essas plataformas foram introduzidas com

o propósito de incentivar práticas de leitura, escrita e criatividade no ambiente digital, contribuindo para a ampliação das ferramentas pedagógicas disponíveis aos docentes. No entanto, ao serem analisadas à luz do conceito de plataformização da educação (Vieira; Soares; Ferraro, 2025; Van Dijck; Poell; De Wall, 2018), essas ferramentas revelam uma dimensão adicional: operam não apenas como instrumentos didáticos, mas como dispositivos sociotécnicos que capturam dados, organizam fluxos escolares e impõem lógicas de performatividade e controle. A retórica de inovação e alinhamento à BNCC, portanto, pode mascarar a adesão forçada a currículos padronizados mediados por algoritmos.

Além do comprometimento desses recursos, que já são escassos na educação, surgem outros desafios iminentes, pois as *big techs* possuem poder econômico e influência que podem superar a capacidade de regulamentação dos Estados nacionais, dificultando a aplicação de leis e a proteção de direitos. O controle das ações realizadas por estudantes, professores, pedagogos e equipe diretiva é diário e constante. Esse controle se inicia pelo registro de frequência dos estudantes, realizado por meio da captação de imagem pelas câmeras acopladas ao *Kit Educatron*, que inclui câmeras e equipamentos tecnológicos integrados, ferramentas de *Business Intelligence* (BI), usadas para monitorar o desempenho dos estudantes e a gestão escolar.

A plataformização fragmenta a autonomia docente, como argumentam Vieira; Soares e Ferraro, 2025, ao dizer que as plataformas, ao padronizarem a organização do tempo didático e dos conteúdos, reduzem o papel do professor a executor de tarefas previamente definidas por sistemas automatizados. “A relação com as *big techs* acarreta assimetria de poder e ausência de transparência nos processos de contratação e uso dos dados educacionais dos estudantes e professores” (Israel, 2024, p. 12). Essas plataformas são adotadas sem a devida transparência contratual e sem garantias legais para a proteção dos dados sensíveis coletados nas redes públicas de ensino (Intervozes, 2023). Isso rompe com os princípios da gestão democrática da escola pública e compromete a capacidade crítica e criativa dos educadores na mediação dos saberes, princípios legais da gestão democrática (Brasil, 1996).

A autonomia docente constitui dimensão central do trabalho pedagógico e implica capacidade decisória sobre métodos, tempos e mediações. A plataformização, entretanto, tensiona essa autonomia ao subordinar a prática educativa a indicadores gerencialistas. Do ponto de vista dos estudantes, os efeitos também são significativos. Segundo Wilke e Feijó (2023), a plataformização estimula práticas escolares baseadas na lógica do “aluno-produto”, com foco em resultados e metas, esvaziando a experiência formativa e colaborativa da

aprendizagem. A escola torna-se, assim, um espaço orientado para a eficiência e não para o diálogo, a dúvida e o pensamento crítico, pilares fundamentais da educação emancipadora.

A plataformização da educação é compreendida como um processo sociotécnico no qual plataformas digitais passam a estruturar, mediar e condicionar práticas educacionais, substituindo ou sobrepondo-se a processos pedagógicos tradicionais (Van Dijck; Poell; De Wall, 2018). Este fenômeno vem sendo debatido, especialmente a partir da expansão das tecnologias digitais no contexto escolar e da crescente presença de grandes corporações tecnológicas no setor público educacional (Wilke; Feijó, 2023; Barbosa; Alves, 2023). Essas plataformas operam como infraestruturas normativas que vão além da mediação técnica, promovendo lógicas de controle, performatividade e monitoramento contínuo.

Dessa forma, o primeiro conceito central que fundamenta este estudo é o de plataformização, entendido não apenas como digitalização do ensino, mas como uma reconfiguração estrutural dos modos de ensinar, avaliar, registrar e governar a educação (Van Dijck; Poell; De Wall, 2018; Gillespie, 2018). Vieira; Soares e Ferraro, 2025 argumentam que a plataformização impõe uma pedagogia algorítmica baseada em dados, engessando a mediação docente e moldando a aprendizagem por critérios de eficiência e gamificação. Além da padronização dos conteúdos e da lógica meritocrática, a plataformização do ensino também promove uma reorganização do trabalho docente. Israel (2024) argumenta que os professores passam a atuar sob um modelo empresarial de gestão, em que a vigilância constante, a cobrança por desempenho e a pressão por resultados se sobrepõem à autonomia pedagógica. Esse novo arranjo se insere em uma lógica neoliberal digital que subordina a prática educativa a princípios de produtividade, eficiência e controle algorítmico, deslocando o foco da formação crítica para a mensuração de metas. Segundo a autora, há um esvaziamento do sentido do trabalho docente, que passa a ser regido por lógicas externas à educação, afetando diretamente a saúde mental e a capacidade criativa dos professores. Como reforça o material formativo da APP-Sindicato (2023), a gamificação atua como técnica de governo sobre corpos estudantis e docentes, privilegiando lógicas de recompensa, competição e mensuração contínua. No mesmo sentido, Carneiro (2023) identifica que o uso dessas tecnologias transforma os sujeitos escolares em consumidores de conteúdo padronizado, fragilizando a relação pedagógica e reduzindo a complexidade da formação escolar a métricas quantitativas.

O segundo conceito é o de vigilância digital, abordado nos estudos como um conjunto de práticas sociotécnicas que monitoram, registram e processam comportamentos individuais por meio de tecnologias digitais (Bauman; Lyon, 2014). Essa vigilância ocorre tanto de forma

visível quanto invisível, materializando-se em funcionalidades como rastreamento de acessos, avaliação automatizada, tempo de permanência nas plataformas e arquivamento contínuo de dados pessoais (Carneiro, 2023). A vigilância educacional contemporânea está vinculada a discursos de segurança, meritocracia e *accountability*, mas atua, segundo Vichi (2023), como parte de um aparato de controle psicopolítico (Han, 2018) que condiciona os corpos e as subjetividades escolares ao desempenho constante.

O terceiro conceito mobilizado neste estudo é o de poder disciplinar, que auxilia na compreensão de como as escolas operam como instituições disciplinares modernas, nas quais a vigilância e o controle do tempo, do espaço e do comportamento são articulados por meio de dispositivos normativos. Segundo Foucault (2013, p. 126), esses mecanismos “[...] permitem o controle minucioso de operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade”. Ele também afirma que a disciplina fabrica corpos “dóceis”, aumentando as forças do corpo em “termos econômicos de utilidade” e diminuindo essas mesmas forças em “termos políticos de obediência” (Foucault, 2013, p. 182). A escola se torna um lugar onde o poder disciplinar produz saber, é aceito e praticado por todos os membros da instituição escolar numa relação hierárquica. Portanto, exercer pressão constante sobre os alunos para que todos deem atenção aos estudos, façam as tarefas e respeitem as normas é parte de um sistema punitivo com função normalizadora.

Os estudos convergem ao apontar que essas três dimensões - plataformização, vigilância e poder disciplinar - se articulam para formar um ecossistema educacional orientado pela lógica da gestão de dados e da performatividade. Os docentes passam a ser responsabilizados por resultados medidos por algoritmos, o que contribui para um cenário de precarização do trabalho docente e de desprofissionalização da prática pedagógica. Ao mesmo tempo, os estudantes são transformados em objetos de observação contínua, com sua aprendizagem avaliada por parâmetros automatizados e descontextualizados.

O avanço dessas tecnologias sem regulação adequada pode consolidar um modelo educacional centrado no controle algorítmico. Carneiro (2023) e Vichi (2023) defendem que, para além de uma crítica técnica, é necessário compreender esses dispositivos como parte de uma racionalidade política que reconfigura os sentidos da escola, do ensinar e do aprender. Trata-se de uma disputa simbólica e material pelo futuro da educação pública, que exige resistência crítica e reinvenção das práticas pedagógicas frente à colonização digital do cotidiano escolar.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, voltada à investigação de como as plataformas digitais utilizadas nas escolas públicas do Paraná operam como artefatos de controle e vigilância, com ênfase em seus impactos sobre a autonomia docente e a experiência educativa. O percurso metodológico contempla análise documental e observação participante.

Para isso, o estudo utiliza como fonte a pesquisa “Plataformização da Educação”, realizada pelo Instituto Paraná de Opinião (IPO), a pedido da Associação dos Professores do Paraná (APP-Sindicato, 2023a, 2023b, 2023c), que coleta a percepção de docentes da rede estadual sobre as plataformas educacionais. Realizada em 2023 com 300 professores e professoras, por meio de questionário *online*, investigou o uso e os efeitos das plataformas digitais no cotidiano escolar e foi divulgada em três relatórios (Parte I, Parte II e Parte III). Adicionalmente, foram analisados documentos institucionais da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (Seed-PR), incluindo contratos públicos de aquisição de plataformas, normativas de uso, planos de ensino vinculados às tecnologias e comunicados oficiais. Inclui-se ainda o relato de experiência de um dos autores deste artigo, docente atuante em escola pública estadual, registrado por meio de observação participante, com o objetivo de captar aspectos do cotidiano escolar que não são evidenciados nos documentos oficiais. O registro da experiência, articulado à observação participante, contribui para a compreensão dos efeitos concretos da plataformização no cotidiano escolar, complementando os dados obtidos por meio documental e secundário.

Achados e discussão dos resultados

A análise dos materiais empíricos revela uma forte presença de mecanismos de vigilância no ambiente educacional, centrados na dimensão do **Controle, Autonomia docente e Experiência escolar**. Especialmente na plataformização da educação pública do Paraná, há uma imposição de metas e uso obrigatório de plataformas digitais, que resultam em um ambiente de monitoramento constante, cobrança por resultados, assédio moral e abuso de autoridade, impactando a rotina dos professores e a sua carga de trabalho. As ferramentas tecnológicas registram dados de acesso, desempenho e tempo de uso, sendo utilizadas como critérios de avaliação, o que naturaliza uma disciplina que reduz as práticas pedagógicas a

tarefas padronizadas, muitas vezes prejudicando o aprendizado e limitando a autonomia docente. Além disso, o uso de tecnologias de vigilância, como reconhecimento facial, reforça o controle físico e comportamental, aprofundando o distanciamento nas relações na escola. As percepções sobre essas práticas diferem entre gestores e professores, sendo que os primeiros tendem a ver as plataformas de forma mais positiva, enquanto os professores experimentam impactos negativos mais intensamente, evidenciando uma desigualdade de poder e reforçando uma lógica tecnocrática que limita a autonomia e a liberdade pedagógica.

Para além do registro de acessos, desempenho e tempo de uso, as plataformas incorporam geolocalização, controle de frequência online, armazenamento massivo de dados e feedbacks automatizados. Naturalizadas sob a retórica da eficiência, tais funcionalidades normatizam comportamentos e padronizam a mediação pedagógica, convertendo o acompanhamento formativo em monitoramento contínuo orientado por métricas.

No contexto da rede pública estadual do Paraná, os dados da pesquisa realizada pelo IPO revelam um cenário marcado por tensões entre inovação tecnológica e precarização das condições de ensino. Essas limitações estruturais impactam diretamente a vivência escolar de professores e estudantes. A exigência de adaptação constante a novos sistemas e a crescente complexidade dos procedimentos técnicos afetam o cotidiano docente, tornando a experiência escolar mais burocratizada e menos centrada nas relações pedagógicas. Outro aspecto que emerge da análise empírica é o modo como a presença escolar passou a ser vigiada e registrada digitalmente.

Segundo os dados da Parte III da pesquisa (Instituto, 2023c), 82% dos professores consideram o sistema de reconhecimento facial pior do que a chamada manual, o que indica uma resistência à substituição de práticas tradicionais por mecanismos automatizados de controle. Na observação participante, registra-se que a requisição de presença dos docentes ocorre por meio de um “ID” vinculado à unidade escolar, enquanto a frequência dos alunos é monitorada por sistemas de reconhecimento facial e relatórios gerados por ferramentas de *Business Intelligence*. Essas práticas contribuem para a intensificação da vigilância no ambiente escolar, afetando a espontaneidade das interações e gerando sensação de constante avaliação.

A observação participante de um dos autores, com 46 anos de experiência na rede estadual, corrobora esse quadro ao relatar visitas recorrentes de equipes pedagógicas para verificar o uso das plataformas e o cumprimento de metas. Esse procedimento desloca a ênfase do planejamento didático para o acompanhamento procedimental, reforçando lógicas de *accountability* e estreitando a autonomia situacional do docente. A escolarização digital, nesse

contexto, tem produzido uma relação instrumental e fragmentada com o conhecimento, mediada por tarefas mecanizadas que pouco dialogam com a realidade dos estudantes.

Além das dificuldades de acesso e da qualidade duvidosa da experiência de aprendizagem, a pesquisa também destaca a pressão sobre os docentes para que obtenham resultados quantificáveis. Adicionalmente, destaca-se o impacto das políticas de progressão automática e recuperação intensiva, como o programa “Se Liga”. A orientação para que alunos com desempenho insatisfatório sejam aprovados ao final do ano, independentemente de sua trajetória formativa, introduz uma lógica de “aprovação por produtividade”, que desconsidera os processos reais de aprendizagem e deslegitima o esforço docente. Tal como Lima (2021) alerta, trata-se de uma racionalidade gerencial embutida em sistemas digitais que, sob o pretexto de eficiência, produzem injustiças pedagógicas e fragilizam os vínculos entre professores, alunos e o próprio sentido da escola.

A experiência escolar, descrita nos dados da pesquisa e na observação participante, aponta para uma reconfiguração profunda da vida nas escolas públicas, marcada pela intensificação da vigilância, pela padronização das práticas pedagógicas e pela sobreposição de metas quantitativas aos processos formativos. A plataformização, embora apresentada como solução tecnológica para os desafios educacionais contemporâneos, têm operado como um vetor de controle e despersonalização, afetando tanto o cotidiano dos docentes quanto a experiência dos estudantes. Esse cenário impõe a necessidade de reavaliar criticamente as formas de incorporação das tecnologias na educação, buscando preservar a centralidade das relações humanas, da autonomia pedagógica e do compromisso ético com a aprendizagem.

Considerações finais

O estudo revelou que, embora as plataformas digitais sejam apresentadas como ferramentas de inovação pedagógica e eficiência administrativa, sua aplicação tem reproduzido dinâmicas de controle hierárquico, padronização de práticas e intensificação da vigilância sobre docentes e estudantes. Os principais achados da pesquisa indicam que no contexto paranaense a plataformização tem reduzido a autonomia docente, comprometido a qualidade das interações pedagógicas e contribuído para o adoecimento físico e mental dos professores e professoras. As plataformas atuam menos como instrumentos pedagógicos e mais como mecanismos de mensuração e cumprimento de metas, alinhadas a uma lógica gerencialista. Nesse cenário, a tecnologia reforça uma imagem de modernização que serve à autopromoção governamental.

Embora a digitalização possa ampliar o acesso e fomentar a inovação, esses benefícios só se realizam quando inseridos em projetos pedagógicos éticos e participativos. A presente pesquisa evidencia que a adoção de plataformas, quando feita de maneira verticalizada, sem escuta da comunidade escolar, sem formação adequada e sem critérios claros de segurança e transparência, pode aprofundar desigualdades e precarizar ainda mais o trabalho docente. O problema, portanto, não está na existência da plataforma em si, mas na forma como ela é concebida, implementada e utilizada. O incentivo a tecnologias educacionais nacionais, não observado neste estudo, poderia reduzir a dependência de corporações estrangeiras e ampliar o controle social sobre dados e processos educacionais. Decisões mais participativas sobre a adoção de tecnologias são essenciais para garantir ferramentas a serviço da aprendizagem, da equidade e da valorização docente.

Entre as limitações desta pesquisa, destaca-se o recorte geográfico concentrado no estado do Paraná e o foco na percepção de docentes, o que não permite generalizações automáticas para outros contextos. Para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação dos estudos para outras redes estaduais e municipais, além da investigação dos efeitos da plataformização sobre os estudantes, especialmente em relação à sua privacidade, motivação e aprendizagem. Sugere-se aprofundar a análise das relações entre governos e *big techs* no setor educacional, incluindo contratos, critérios de escolha das plataformas e políticas de proteção de dados.

Referências

APP-SINDICATO. **Caderno de textos e debates**: programa de formação 2023. Curitiba: APP-Sindicato, 2023.

BARBOSA, R. P.; ALVES, N. A reforma do ensino médio e a plataformização da educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. **Revista e-curriculum**, v. 21, 2023, p. 1-26. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/61619>. Acesso em: 26 maio 2025.

BAUMAN, Z.; LYON, D. **Vigilância líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Atualizada até a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 jun. 2025.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC. 2017. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/base/o-que>. Acesso em :8 jan. 2026,

CARNEIRO, E. O. L. Educação, tecnologia e Foucault: reflexões para a identidade, subjetividade e poder. **Revista Educação, Humanidades e Ciências Sociais**, v,7, n. 14, p. e00091-e00091, 2023. Disponível em <https://periodicos.educacaotransversal.com.br/index.php/rechso/issue/view/16>. Acesso em: 8 jan. 2026.

COLETIVO Brasil de Comunicação Social – INTERVOZES. Fórum Nacional Popular de Educação - FNPE. **Plataformas educacionais: riscos e impactos para a educação pública**. São Paulo: Intervozes; FNPE, 2023. Disponível em: <https://www.intervozes.org.br/publicacoes/plataformas-educacionais-riscos-e-impactos-para-a-educacao-publica/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GILLESPIE, T. **Custodians of the Internet: platforms, content moderation, and the hidden decisions that shape social media**. New Haven: Yale University Press. 2018.

HAN, B.-C. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

INSTITUTO Paraná Opinião. Percepção dos professores sobre a plataforma da educação no Estado do Paraná - parte I. **APPSindicato**, 2023a. Disponível em: https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Pesquisa_Plataformas_Parte_I.pdf. Acesso em 8 jan. 2026.

INSTITUTO Paraná Opinião. Percepção dos professores sobre a plataforma da educação no Estado do Paraná - parte II. **APPSindicato**, 2023b. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2023/08/PesquisaPlataformizacaoParteII.pdf>. Acesso em 8 jan. 2026.

INSTITUTO Paraná Opinião. Percepção dos professores sobre a plataforma da educação no Estado do Paraná - parte III. **APPSindicato**, 2023c. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2023/08/PesquisaPlataformasParteIII.pdf>. Acesso em 8 jan. 2026

ISRAEL, C. B. Plataforma da educação no Paraná: a privatização via neoliberalismo digital. In: DENEZ, C. C. *et al.* (org.). **Não venda a minha escola: política educacional paranaense: a transformação da escola pública em mercadoria: coletânea de textos para debate**. Paranavaí: Unespar, 2024.

LIMA, L. C. Máquinas de administrar a educação: dominação digital e burocracia aumentada. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e249276, 2021. Disponível em: [Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/PyfCP4xcqHvTKm6M3TPsB4h/](https://www.scielo.br/j/es/a/PyfCP4xcqHvTKm6M3TPsB4h/). Acesso em: 02 maio 2025.

MAGALHÃES RIBEIRO, N. C.; BRAGA, S. M. Leia Paraná e Redação Paraná: uma análise da política pública de letramento digital para os anos finais do ensino fundamental. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO – EDUCERE, p. 6940 - 6952, 2023, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUCPR, 2023. Disponível em: https://educere.pucpr.br/anais2023/pdf/5796210_19821_18729.pdf. Acesso em: 28 jun. 2025.

TAVARES, C.; SIMÃO, B., MARTINS, F.; SANTOS, B., ARAÚJO, A. **Tecnologias de vigilância e educação: um mapeamento das políticas de reconhecimento facial em escolas públicas brasileiras**. São Paulo: InternetLab, 2023.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. **The platform society: public values in a connective world**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

VICHI, L. P. Presídios digitais: infocracia e controle psicopolítico na sociedade da informação. **Aoristo: International Journal of Phenomenology, Hermeneutics and Metaphysics**, v. 6, n. 1, p.

65-78, 2023. Disponível em file:///C:/Users/ACER/Downloads/65-78+Artigo+Dossi%C3%AA+Vichi.pdf. Acesso em: 8 jan. 2026.

VIEIRA, L. C.; SOARES, D.; FERRARO, S. B. Plataformização e precarização da experiência de aprendizagem na educação básica. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 7, p. e16366-e16366, 2025. Disponível em <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/16366>. Acesso em 26 maio 2025.

WILKE, V. C. L.; FEIJÓ, M. S. Aspectos da plataformização educacional na educação básica brasileira: a “Escola do Cansaço” na era do Big Data. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. esp. 2, p. 418-437, 2023. DOI: 10.21728/logcion.2023v10nesp2.p418-437. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/6780>. Acesso em: 26 maio. 2025.

Sobre a autora e autor

Raquel Pereira Rodrigues Leite: Mestre e Doutoranda em Comunicação pela UFPR. Professora da graduação da PUCPR.
E-mail: raquel.leite@pucpr.br

Célio Rodrigues Leite: Professor concursado Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR). Doutor em Educação (UFPR).
E-mail: celioteite118@gmail.com

Recebido em: 27 de outubro de 2025

Aprovado em: 05 de janeiro de 2026